

EDITORA



**UnB**

# **EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS**

## Do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB

Catarina de Almeida Santos  
Andréia Mello Lacé  
Ana Maria de Albuquerque Moreira  
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira  
  
(organizadoras)



 EXTENSÃO  
**INSURGENTE**



**Universidade de Brasília**

**Reitora** : Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** : Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** : Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** : Germana Henriques Pereira (Presidente)  
: Ana Flávia Magalhães Pinto  
: Andrey Rosenthal Schlee  
: César Lignelli  
: Fernando César Lima Leite  
: Gabriela Neves Delgado  
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo  
: Liliane de Almeida Maia  
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira  
: Roberto Brandão Cavalcanti  
: Sely Maria de Souza Costa

EDITORA



**UnB**

# **EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS**

**Do centenário de Paulo Freire e  
Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB**

Catarina de Almeida Santos

Andréia Mello Lacé

Ana Maria de Albuquerque Moreira

Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

(organizadoras)



**Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais**

**Coordenação geral** : Thiago Affonso Silva de Almeida  
**Consultor de produção editorial** : Percio Savio Romualdo Da Silva  
**Coordenação de revisão** : Denise Pimenta de Oliveira  
**Coordenação de design** : Cláudia Barbosa Dias  
**Revisão** : Maria Thalita dos Santos Pessôa  
**Diagramação** : Larissa Gomes dos Santos Viana  
**Fotos de capa** : Paulo Freire Contemporâneo, frame de vídeo - Ministério da Educação, via Domínio Público  
Darcy Ribeiro - Cedoc - Arquivo Central UnB  
Universidade de Brasília - Beto Monteiro

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília  
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar  
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF  
CEP: 70910-900  
Site: [www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br)  
E-mail: [contatoeditora@unb.br](mailto:contatoeditora@unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

---

E24 Educadoras e educadores brasileiros [recurso eletrônico] : do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB / (organizadoras) Catarina de Almeida Santos ... [et al.]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2024.  
170 p.

Formato PDF.  
ISBN 978-65-5846-270-5.

1. Universidade de Brasília - História. 2. Educadoras - Brasil. 3. Educadores - Brasil. I. Santos, Catarina de Almeida (org.).

CDU 37 (81)



# Sumário

---

## **Prefácio 7**

Olgamir Amancia Ferreira

## **Os 60 anos da Universidade necessária e as educadoras e os educadores brasileiros 11**

Catarina de Almeida Santos  
Andréia Mello Lacé  
Ana Maria de Albuquerque Moreira  
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

## **Paulo Freire: educando para a libertação 21**

Cristiano Garboggini Di Giorgi  
Andréia Nunes Militão

## **Do direito à educação à Universidade de Brasília no pensamento anisiano 37**

Maria Zélia Borba Rocha

## **Florestan Fernandes e a educação: da Campanha de Defesa da Escola Pública à construção de uma pedagogia socialista 57**

Diogo Valença de Azevedo Costa

## **Nísia Floresta: autobiografia, pesquisas e perspectivas 75**

Alyanne de Freitas Chacon

## **Formação social, estado e educação brasileira: o projeto quilombista como alternativa civilizatória e pedagógica em Abdias do Nascimento 93**

André Luis Pereira  
Camilla Meneguel Arenhart



**Nise da Silveira: uma educadora rebelde** 111

Felipe Magaldi

**Anália Franco: a educadora que o Brasil precisa conhecer** 129

Samantha Lodi-Corrêa

**Os 60 anos da UnB no centenário de Darcy Ribeiro  
e a necessária luta por um novo amanhecer** 149

Catarina de Almeida Santos

Andréia Mello Lacé

Ana Maria de Albuquerque Moreira


Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

**Um posfácio, um convite ao inacabamento** 157


Andressa Pellanda

**Nise da Silveira e a humanização da doença mental** 161

Franklin Chang



# Formação social, estado e educação brasileira: o projeto quilombista como alternativa civilizatória e pedagógica em Abdias do Nascimento



*André Luis Pereira  
Camilla Meneguel Arenhart*

## Introdução

O presente artigo é o resultado da exposição de duas aulas no curso de extensão intitulado Grandes educadoras e educadores brasileiros: do centenário de Paulo Freire aos 60 anos da UnB, ação promovida pela Universidade de Brasília em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. A proposta teve o objetivo de analisar a vida e a obra de oito educadoras e educadores brasileiros sob as perspectivas políticas, sociais e educacionais que cada um deles teve no país, em suas respectivas áreas e espaços de atuação. A ideia que norteia este texto é aduzir o pensamento de Abdias do Nascimento sobre educação, bem como demonstrar que o projeto civilizatório proposto por este intelectual encontra eco, principalmente, entre a população negra brasileira.

A obra de Abdias do Nascimento permite refletir, de forma crítica, sobre os modelos hegemônicos de produção do conhecimento, fundamentados no eurocentrismo e na ideia de superioridade do ocidente europeu sobre as demais sociedades humanas.

Quando analisa as condições objetivas sobre a concepção de uma educação racializada, conforme exposto por Nascimento (1978; 1980), é importante observar a denúncia de diversos problemas gerados pela desigualdade racial, dentre eles, obviamente, está o racismo.

Desde os apontamentos críticos à ideia de que a escravidão foi um fenômeno com maior benevolência no Brasil do que em outros lugares do mundo, até a proposição de um novo processo civilizatório ancorado no projeto quilombista, Abdias aduz a necessidade de mudanças nas metodologias educacionais, convocando à conscientização que tenha por objetivo desenvolver um olhar afrocentrado sobre a realidade nacional. A educação pode ser um sistema que “domestica o homem” ou que “o liberta”; no primeiro caso, a prática de uma educação conscientizadora não é viável como um todo, enquanto no segundo caso o processo é, em si mesmo, conscientizador.

A defesa da inserção da história e cultura africana na educação é um caminho em direção a novas possibilidades civilizatórias, pois pode operar transformações na forma como as pessoas negras são vistas em suas contribuições à formação da nação brasileira. Pois visa à erradicação do preconceito, das discriminações e dos tratamentos diferenciados, buscando acabar com o modelo opressor e alienante da educação dominante. Além disso, o estudo da cultura e da história afro-brasileiras está orientado pela sua relevância histórica, pelo direito à história e pelo dever de memória.

Abdias do Nascimento nos dá uma lição sobre a contribuição dos negros à civilização humana igualitária em todos os sentidos. Tanto para a aquisição da cidadania plena quanto para o respeito às matrizes culturais dos grupos que foram dominados e inferiorizados. A partir disso, é possível construir uma educação que rejeita qualquer forma de discriminação e preconceito. O trabalho intelectual desse autor é uma contribuição para o reconhecimento e a valorização das expressões culturais, história e memórias do povo negro.

Aprender a partir da vida e dos escritos de um intelectual negro, como Abdias do Nascimento, nos permite construir novos conhecimentos. As experiências, os saberes, as conquistas e as dificuldades podem servir de subsídio para uma ressignificação do olhar de professores e estudantes, pois permitem fazer uma leitura da sociedade a partir do respeito à diferença e à diversidade.

Abdias do Nascimento, praticamente, não utiliza em seus textos, entrevistas ou, até mesmo, em seu projeto político-intelectual a palavra “intelectual” para referir-se ao próprio trabalho. Sempre procurou se colocar como um representante da causa negra, do povo negro e da descendência africana deste país. Neste sentido, não se pronunciar como intelectual logicamente tem fundamento e significado crítico para um autor que esteve à margem de alguns lugares ditos “oficiais” de representação. Conforme aponta Silva (2010):

ao escolher representar o seu grupo étnico-racial, Nascimento fugiu de certas convenções articuladas ao trabalho do intelectual no Brasil. Junto com Abdias, tantos outros intelectuais negros e intelectuais negras contemporâneos propuseram e continuam propondo mudanças para a sociedade, levando em conta as realidades do mundo negro em relação ao branco. No entanto, o caminho a ser percorrido para que alterações mais concretas sejam viabilizadas ainda é longo e demanda um reordenamento de forças políticas e sociais efetivas, que promovam investimento de recursos à pesquisa e à aplicabilidade de projetos. Abdias do Nascimento não seguiu um modelo de intelectual tradicional baseado em convicções absolutas de verdades acerca do objeto representado. Procurou



intervir entre o objeto do conhecimento e o ato de conhecer, desenhando para o Brasil um projeto político e intelectual de valorização e visibilidade às comunidades negras. A trajetória de Nascimento exemplifica como os intelectuais, de um modo orgânico, têm consciência da própria função (Silva, 2010, p. 216).

A obra de Abdias do Nascimento não apenas comporta um discurso militante, mas também expõe as peculiaridades sociais, políticas e culturais de uma sociedade, em consonância com a análise teórica e empírica perceptível em seus escritos. Neste sentido, é possível afirmar que o constructo teórico abarcado por sua produção contribui para a compreensão dos efeitos do colonialismo e do processo de escravidão sobre a dinâmica social contemporânea no Brasil e na América Latina.

Sua obra encerra uma grandeza ainda pouco explorada pelas ciências sociais. Afinal, Abdias do Nascimento conseguiu concretizar um empreendimento de certa grandeza: além de percorrer uma trajetória pessoal e profissional original, dialogou com alguns dos principais sociólogos, antropólogos, historiadores e militantes do século XX. Nascimento inscreveu de forma mais clara a política em seus interesses, e com isso criou um movimento paradoxal: interessou-se pela produção intelectual das ciências sociais inseridas no contexto da institucionalização, mas ao mesmo tempo afastou-se de uma imersão no território acadêmico e institucional. Desterritorializou temas, áreas, ideias e autores em seus textos e trajetória de vida, mas, ao fim, pode-se perceber uma hierarquia em que a política foi uma instância que ordenou seu pensamento sobre as diversas facetas de sua análise da vida social.

## A breve biografia de um “Negro revoltado”

Abdias do Nascimento nasceu em 14 de março de 1914, em Franca, cidade distante 395 km da capital do estado de São Paulo. Filho de uma doceira e de um sapateiro, é o segundo de uma família de sete irmãos. Aos sete anos, entrou para a escola primária no Grupo Escolar Coronel Francisco Martins (Police, 2000), a primeira escola pública da cidade, fundada em 1905. Em 1928, ingressou no curso de contabilidade no Colégio Ateneu Francano. Segundo Nascimento (2006), só lhe foi possível estudar nessa escola devido à intervenção da mãe com o prefeito da cidade, o qual lhe arranhou uma bolsa de estudos. Nessa mesma época, começou a trabalhar em um consultório médico como atendente. O vizinho, um dentista, possuía uma biblioteca que Nascimento viria a frequentar. Em seu depoimento a Police (2000), ele afirma que passava o tempo lendo autores como Euclides da Cunha, Flaubert e clássicos da literatura internacional. Teve ocupações como “entregador de pão, leite e carne nas casas das famílias ricas da cidade e ajudante em uma farmácia” (Nascimento, 2006).

Aos 16 anos, foi para São Paulo prestar serviço militar. Desde cedo, Abdias manifestava interesse na defesa das pautas da comunidade negra brasileira. Em 1930, Nascimento ingressou no Exército. Essa foi a sua estratégia para sair de casa e ir para a capital paulista. Ele alterou sua idade no documento, aumentando-a, e conseguiu a passagem de trem entre Franca e São Paulo por meio de um conhecido de sua mãe na Câmara Municipal da cidade.

Chegando em São Paulo, apresentou-se como voluntário no Exército e foi designado para o Quartel Militar de Itaúna, atual Osasco, onde começou a servir como recruta no 2º Grupo de Artilharia Pesada. Permaneceu lá durante seis anos e galgou várias posições até alcançar o posto de Cabo. Desempenhou serviços administrativos devido ao seu grau de instrução, que era mais elevado do que o da maioria do contingente. Todavia, sua iniciação na instituição militar não foi tranquila, pois conheceu a vida dura e disciplinada das Forças Armadas através dos trabalhos que lhe eram designados a fazer. Ainda em 1930, sua mãe faleceu em Franca, um acontecimento marcante para o jovem, que havia fugido dias antes para visitá-la, pois se encontrava enferma (Nascimento, 2006).

Na verdade, a carreira militar descortinou para Abdias a primeira percepção de como funcionavam as relações raciais no Brasil. Ele percebeu a existência de um racismo camuflado e velado, desde a ridicularização de tudo aquilo que o negro produzia até a tolerância paternalista para com os negros engajados no serviço militar. O tratamento diferenciado entre negros e brancos no exército refletia apenas o funcionamento da sociedade brasileira.

Entre julho e setembro de 1932, o autor combateu na Revolução Constitucionalista de 1932, no batalhão do General Euclides Figueiredo, atuando como cabo pelo lado de São Paulo. Durante a batalha, Nascimento ficou a par da existência da Legião Negra, nome dado aos batalhões compostos somente por negros que atuaram nos conflitos de 1932 em São Paulo. A Legião era formada por indivíduos que se desligaram da Frente Negra Brasileira devido ao fato de a entidade se posicionar de maneira neutra em relação ao movimento revolucionário. Abdias se engajou na FNB, pois esta tinha como objetivo enfrentar as atitudes racistas produzidas pela sociedade da época.

Em 1933, Nascimento filia-se à Aliança Integralista Brasileira (AIB). Tinha apenas 19 anos à época da adesão e circulava por um ambiente de classe média urbana, pois tornara-se instrutor do Tiro de Guerra, lidando com jovens oriundos desta classe social, além de estabelecer contato com os oficiais. O integralismo, segundo o próprio autor, teve uma influência bem maior na formação política e intelectual do ativista negro, se comparado à Frente Negra. Contudo, é preciso ter em mente que os projetos políticos destas duas organizações eram bastante próximos, além de vários integrantes da Frente Negra terem uma posição simpática ao integralismo ou participarem simultaneamente em ambas as organizações. Em 1936, em decorrência de uma série de perseguições policiais, por causa de sua militância, Abdias resolveu ir morar no Rio de Janeiro, o que foi de grande importância para sua constituição intelectual. Ali, os negros e negras estabeleceram formas diferenciadas de relação com sua cultura, principalmente através dos terreiros de candomblé. No Rio de Janeiro, Abdias pôde entrar naquilo que para ele era outra dimensão da cultura negra, outra forma de intelectualidade; ele mergulhou naquilo que seria a alma negra e pôde compreender as tradições culturais africanas com mais profundidade.

Foi também no Rio de Janeiro que Abdias terminou o curso de Economia, iniciado na Escola de Comércio Alves Penteado de São Paulo, uma faculdade de Administração e Finanças. Ele transferiu sua matrícula para a Universidade do Rio de Janeiro, mais precisamente para a Faculdade de Economia, onde concluiu sua formação.

## Um pensar além de seu tempo

Para que se possa compreender melhor a contribuição teórica de Nascimento, é necessário esclarecer que se trata de uma obra que não só sintetiza um discurso crítico à estrutura social vigente, mas que também propõe uma reinterpretação da realidade brasileira por meio da defesa do pan-africanismo.

Além disso, Abdias do Nascimento também foi um político atuante no Congresso Nacional, cumprindo mandatos como Deputado Federal (1983-1987) e Senador (1997-1999). Dessa atividade, destacam-se as diversas proposições interpostas por Nascimento que traziam, em suas justificativas, a necessidade de se pensar a sociedade brasileira a partir de critérios raciais, contribuindo assim para o debate sobre política e raça.

Abdias não postula a segregação, mas sim o reconhecimento do negro enquanto ator relevante para a constituição de uma identidade nacional. Ele ainda afirma que “a história do Brasil é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos, exatamente como sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite branca/brancóide, supostamente de origem ário-européia” (Nascimento, 1978).

É possível perceber que a temática abordada por Abdias do Nascimento refere-se à importância da contribuição cultural negro-africana para a construção da identidade nacional. Embora diversos recursos intelectuais tenham sido usados para desconsiderar essa participação, Nascimento é um defensor desse fenômeno, ancorado na resistência dos povos africanos que vieram à América, bem como na efetiva manutenção do status cultural de matriz africana.

De forma inicial, é possível indicar que uma primeira fase de sua produção intelectual situa-se no final dos anos 1950 e está direcionada à discussão sobre a integração efetiva do negro na dinâmica social brasileira. Com a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), Abdias produziu diversos textos para o teatro, os quais posteriormente foram compilados e editados no livro *Sortilégio*. Em geral, esses textos tinham como principal objetivo dimensionar os limites da integração do negro à sociedade brasileira.

A segunda fase de sua produção, iniciada a partir de meados dos anos 1970, já remete a diferentes perspectivas a respeito do negro enquanto ator social. Dado o convívio de Abdias do Nascimento, durante seu autoexílio, com diversos intelectuais pan-africanistas e sua experiência junto aos militantes negros pelos direitos civis nos Estados Unidos, o autor passa a tratar a condição dos afro-brasileiros sob uma ótica de integração destes à luta global pelo reconhecimento dos africanos e afrodescendentes como o grupo social que sustentou, física e economicamente, a formação do Novo Mundo.

O terceiro momento da produção de Abdias situa-se no período em que ele se insere na arena da política formal. Seus textos são marcados pela apresentação dos debates relacionados às suas proposições, que têm como escopo a sua luta pela implementação de políticas de igualdade racial e reconhecimento da população negra, de sua cultura e identidade.

Em *O genocídio do negro brasileiro*, Abdias do Nascimento busca criticar os efeitos que a ideologia da democracia racial impôs aos afrodescendentes brasileiros. O conceito de democracia racial erigiu-se no Brasil a partir de especulações e com o apoio das chamadas ciências históricas, refletindo uma determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que negros e brancos têm uma convivência harmônica, desfrutando de oportunidades iguais de existência, sem interferência de origens raciais ou étnicas.

Conforme demonstra Nascimento, o luso-tropicalismo é a ideologia que levou a elite intelectual a crer que os portugueses tiveram o mérito de colonizar o Brasil e parte do continente africano, expondo ao mundo um novo modelo de sociedade baseada na superioridade racial portuguesa e em sua importância para a concepção de uma civilização avançada fundada na mestiçagem.

Ainda segundo Nascimento (1978), Freyre cunhou eufemismos raciais que visavam racionalizar as relações de raça no país. O termo *morenidade* seria o maior exemplo desta racionalização, que tem como objetivo “o desaparecimento inapelável do descendente de africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro” (p. 36).

Nesta crítica ao pensamento social conservador, que via o negro como componente menor da identidade nacional, Nascimento refuta a ideia de que o africano seria um “*co-colonizador*” do Brasil, a despeito de sua condição de escravo, encetando influências culturais sobre o processo de formação da sociedade brasileira. Esta perspectiva teria como ônus a responsabilização dos africanos, juntamente com os portugueses, pela sistemática erradicação das populações indígenas, fato criticado por Abdias, que entende que o genocídio indígena é de única e exclusiva responsabilidade dos colonizadores europeus.

Um dos pontos centrais da análise de Abdias do Nascimento acerca da formação social no Brasil e do conseqüente processo de genocídio do negro, diz respeito à ideologia do branqueamento.

A elite intelectual dominante ao eleger o mulato como símbolo de brasilidade e pilar da “*democracia racial*”, estabelece o primeiro degrau na escala de “*branquificação sistemática do povo brasileiro*”. O mulato é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil. O autor identifica um processo progressivo de clareamento da população brasileira, com o avanço do elemento mulato e o sistemático desaparecimento do negro. Contudo, não se percebe qualquer tipo de vantagem no status social, pois a posição do mulato equivale-se àquela do negro: “ambos são vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca”.

O branqueamento é o objetivo final da ideologia sutil definida como mestiçagem, que tem na miscigenação sua vertente biológica e no sincretismo cultural sua vertente política. O que os setores dominantes no país propunham, principalmente no final do século XIX e início do século XX, era a construção de uma sociedade onde o domínio hegemônico da cultura de matriz europeia e, conseqüentemente, branca, seria o referencial que orientaria a formação desta sociedade. Logo, o Brasil não teria nenhuma característica multirracial ou multicultural, ideologia criticada e combatida severamente por Abdias do Nascimento.

A crítica ao processo de expurgo dos negros da sociedade brasileira frequentemente se vê impedida pelos tabus erigidos pela proibição da discussão sobre raça, inclusive entre a população negra no Brasil. Nascimento demonstra que a camada intelectual dominante, bem como os setores políticos, consideram qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como uma ameaça ou uma agressão retaliativa. Ele menciona também que, em determinadas ocasiões, os negros são condenados por pretenderem impor ao país uma suposta superioridade racial negra.

Qualquer esforço por parte do afro-brasileiro esbarra neste obstáculo. A ele não se permite esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país. Isso significa, para as forças no poder, ameaça à segurança nacional e tentativa de desintegração da sociedade brasileira e da unidade nacional.

O objetivo não expresso deste *processo de um racismo mascarado* é negar ao negro a possibilidade de auto-definição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. E é justamente na obliteração do auto-reconhecimento identitário que se encontra a chave da dominação e exploração da população negra no Brasil, imobilizando e desmotivando qualquer tipo de organização que vise questionar a real condição deste segmento social.

Abdias demonstra que a condição de pobreza da população negra, para além de uma questão de classe, refere-se principalmente à questão racial. Para ele, as feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país. Até pouco tempo, a discriminação era sancionada legalmente, sendo percebida principalmente no mercado de trabalho. O autor questiona a visão de muitos “ideólogos mal-intencionados” que sustentam a ideia de que o negro se encontra em situação de pobreza e miserabilidade por vontade própria.

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez, a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa da carência de preparo técnico e instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua moradia inclusive. Alegações de que esta estratificação é “não-racial” ou “puramente social e econômica” são slogans que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira (Nascimento, 1978, p. 85).

A elite dominante dispõe de todo um aparato legal e de mecanismos de controle social e cultural – o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massa, e a imprensa em geral. Todos estes recursos estão a serviço de uma ideologia que visa “destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria”. O processo de assimilação/aculturação não está relacionado apenas à concessão de status social individual aos negros, ele restringe sua mobilidade vertical enquanto grupo na dinâmica social; “invade o negro e o mulato até a intimidade mesma do ser negro e do seu modo de se auto-avaliar”.

A assimilação cultural é tão efetiva que a herança da cultura africana existe em estado de permanente confronto com o sistema dominante, “concebido precisamente para negar suas fundações e fundamentos, destruir ou degradar suas estruturas”. O reflexo dessa assimilação é o centro da crítica de Abdias, ele afirma que:

tanto os obstáculos teóricos quanto os práticos têm prevenido os descendentes de africanos de se afirmarem como íntegros, válidos e auto-identificados elementos da vida cultural e social brasileira. Pois realmente, a manifestação de origem africana, na integridade de seus valores e na dignidade de suas formas e expressões, nunca tiveram reconhecimento no Brasil desde a fundação da colônia, quando os africanos chegaram ao solo americano (Nascimento, 1978, p. 94).

O mecanismo de controle social que mais contribui para este quadro, segundo Nascimento (1978), é o sistema educacional. Para o autor, este sistema é utilizado como aparelhamento, no qual, nos diversos níveis educacionais, o elenco de conteúdos constitui um “ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos”. Mais uma vez, a crítica de Nascimento é perceptível na seguinte afirmação:

se a consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. Tampouco na universalidade da Universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros (Nascimento, 1978, p. 95).

O sistema educacional oblitera qualquer possibilidade de reconhecimento do africano e do afro-brasileiro como fundadores do sistema social no país. Mais ainda, a identidade negro-africana é negada de forma “intelectual e científica” no lócus de produção do conhecimento, a saber, o espaço universitário. Aos afro-brasileiros, segundo o autor, as possibilidades de acesso ao ensino superior são reduzidas ou tolhidas, de forma veemente e, mesmo quando inseridos no meio acadêmico, os negros enfrentam um grande desafio quando pretendem ser reconhecidos a partir de sua identidade negra.

O próprio meio universitário é quem busca barrar as formas de persistência da cultura africana no Brasil. Conforme aponta Nascimento, “sempre que se observa estudado o tema da cultura africana no país, a impressão emanada de tais estudos é de que as culturas existem porque receberam franquias e consideração num país livre de preconceito étnico

e racial” (1978). Contudo, a realidade é bem diferente e possui um grau de complexidade muito maior do que se percebe à primeira vista.

Desde o início da colonização, as culturas africanas, trazidas de forma brutal e violenta nos navios negreiros, foram mantidas em constante condição de coerção pelo grupo dominante. Nascimento afirma que “há um indiscutível caráter mais ou menos violento nas formas, às vezes sutis, da agressão espiritual a que era submetida a população africana”, a começar pela obrigatoriedade do batismo cristão nos portos de partida na África ou chegada no Brasil. No entanto, as pressões culturais da sociedade dominante não conseguiram suprimir a herança cultural e espiritual das pessoas escravizadas.

Para Abdias, “essa incapacidade de aniquilar definitivamente a vitalidade cultural africana, que se expandiu por vários setores da vida nacional, não pode ser interpretada como concessão, respeito ou reconhecimento por parte da sociedade dominante” (Nascimento, 1978, p. 112).

Para confrontar o quadro ora exposto, Abdias do Nascimento fundou, em 1944, o Teatro Experimental do Negro (TEN) com os objetivos básicos de resgatar os valores da cultura africana, marginalizados e relegados à condição de “*folclóricos, pitorescos e insignificantes*”. Além disso, o TEN objetivava dar visibilidade aos atores negros e superar as imagens grotescas e estereotipadas – “os moleques levando cascudos ou carregando bandejas, negras lavando roupa ou esfregando o chão, mulatinhas se requebrando, domesticados pais Joões e lacrimejantes mães pretas” – papéis aos quais foram relegados os artistas negros, a despeito de sua formação ou qualidade.

Por fim, o TEN busca questionar e criticar a literatura que focalizava o negro como um exercício esteticista ou diversionista. A proposta era desconstruir ensaios acadêmicos puramente descritivos, “tratando de história, etnografia, antropologia, sociologia, psiquiatria etc., cujos interesses estavam muito distantes dos problemas dinâmicos que emergiam do contexto racista da sociedade brasileira”. Ainda segundo Abdias do Nascimento, o TEN instaurou um processo de revisão conceitual visando à mudança de atitudes e à liberação espiritual e social da comunidade afro-brasileira.

É possível perceber que Abdias do Nascimento busca operacionalizar as categorias de *mestiçagem* e *genocídio* como centrais em sua análise da condição social e política do negro brasileiro. Para Abdias, o que define a mestiçagem é a imbricação entre a miscigenação (a forma biológica de intercurso racial) e o sincretismo cultural, que constituiria uma sociedade unirracial e unicultural. A mestiçagem submete a diversidade dos componentes culturais de uma sociedade à homogeneidade expressa pelo sincretismo. No caso brasileiro, é a noção de morenidade que confere o status de pertencimento a uma identidade nacional.

No entanto, para Abdias, é justamente o conceito de morenidade que se encontra no ápice do processo ao qual ele define como genocídio. Este processo se dá pela orquestração e implementação de uma “mestiçagem programada”, que tem por objetivo eliminar sistematicamente o elemento negro da dinâmica social brasileira.

## O quilombismo como projeto civilizatório

A obra *O quilombismo*, segundo Nascimento, tem como alvo romper o bloqueio intelectual que isola os afrodescendentes latino-americanos, contribuindo, “ainda que limitadamente, para iluminar e compreender” o processo e as várias estratégias utilizadas pelas forças dominantes que exploram, alienam e oprimem os afrodescendentes. Conforme afirma Abdias:

a luta comum dos povos negros e africanos requer o conhecimento mútuo e uma compreensão recíproca que nos têm sido negados, além de outros motivos, pelas diferentes línguas que o opressor branco-europeu impôs sobre nós, através do monopólio dos meios de comunicação, do seu controle exclusivo dos recursos econômicos, das instituições educativas e culturais. Tudo isso tem permanecido a serviço da manutenção da supremacia racial branca (Nascimento, 1980, p. 16).

Segundo a indicação de Abdias do Nascimento, “na América Latina, pratica-se a discriminação racial de maneira mascarada, sutil, aberta e encoberta”. Esta discriminação baseia-se no uso de diferentes tonalidades de cor epidérmica do negro como mecanismo que busca o desaparecimento do elemento afrodescendente através da ideologia do branqueamento. Além disso, a busca por melhores condições de vida e acesso a posições mais elevadas na pirâmide social “destrói qualquer tipo de solidariedade política, econômica, religiosa e familiar dos grupos negros”.

Nesse sentido, Nascimento critica o debate intelectual que identifica na luta de classes a única forma de embate social no modelo de organização social capitalista. Para ele, “a atitude adotada por alguns intelectuais de orientações políticas particulares que negam a existência da questão racial como um elemento que participa na existência dos problemas sociais, sustentando que a situação é de ricos e pobres, oprimidos e opressores”, é uma forma de discriminação racial.

A ciência ocidental sempre buscou desqualificar as culturas africanas, sendo geralmente utilizada como instrumento de distorção, opressão e alienação dos africanos e afrodescendentes. Segundo Nascimento (1980), as culturas africanas, além de conterem sua intrínseca e valiosa ciência, também oferecem uma variedade de sabedoria necessária pertinente à existência orgânica e histórica de seus integrantes. Logo:

tornar contemporâneas as culturas africanas e negras na dinâmica de uma cultura pan-africana mundial, progressista e anticapitalista, me parece ser o objetivo primário, a tarefa básica que a história espera de todos nós. Como um instrumento integral de uma luta contínua contra o imperialismo e o neocolonialismo, forjada junto com as efetivas estratégias econômico-políticas, essa cultura progressista pan-africana será um elemento primordial para nossa libertação (Nascimento, 1980, p. 45).



Na acepção de Nascimento (1980), não se pode desperdiçar os fundamentos da ancestralidade africana como mecanismos de construção social para as massas africanas do continente e da diáspora. A ideia apresentada aqui é de que as culturas africanas podem contribuir de forma positiva para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, superando até mesmo as consequências de fenômenos como o imperialismo e o colonialismo europeu e norte-americano.

A partir desta perspectiva, o autor indica que no Brasil são os quilombos as principais organizações sociais, que fazem dos referenciais africanos parte de seu arranjo estrutural enquanto sociedade. Conforme afirma Nascimento (1980), “os quilombos, que variavam segundo o tamanho das terras ocupadas e o número de seus habitantes, via de regra mantinham bem organizada e eficiente produção agrícola, formas de vida social instituídas segundo modelos tradicionais africanos adaptados à nova realidade da América” (p. 215).

Os quilombos contribuíram de forma significativa para que fossem empreendidas diversas insurreições e guerrilhas, cujo propósito era romper com a dominação colonial então vigente. Daí decorre o argumento de Abdias quanto a importância da participação política dos negros em momentos históricos fundamentais para a consolidação do Brasil como nação. No entanto, mesmo tendo um papel preponderante na formação da sociedade brasileira, os negros jamais foram considerados pela intelectualidade dominante como um grupo social relevante dentro desta estrutura social. O pensamento social que analisa a formação nacional no Brasil sempre concebeu o elemento negro numa posição subalterna, e o processo escravocrata como um mecanismo de dominação muito menos lesivo do que realmente foi. Nas palavras de Abdias:

[...] é pertinente chamar a atenção para o fato de certos *scholars* e escritores, geralmente brancos – os únicos que possuem os meios, a voz e a oportunidade de veicular opiniões fora do país – terem construído uma história fictícia da escravidão, da abolição e das relações entre pretos e brancos. Essa ficção se transformou numa mercadoria mascateada no balcão internacional das ideias, dos conceitos e das definições. Esses “intelectuais” das classes dominantes, articulados a outros recursos utilizados pela elite no poder, conseguiram que o Brasil, paradoxalmente, adquirisse e mantivesse uma imagem de inocência, bondade e humanitarismo em seu regime escravo no exterior; até mesmo uma reputação de originalidade na utópica perfeição tropical do seu esplendor lusitano, qualidades essas que o Brasil dividiria com as também lusitanas “províncias do além-mar” (Nascimento, 1980, p. 58).

Logo, o quilombismo também se coloca como um aspecto ideológico na trajetória sociopolítica dos negros no Brasil, dado que o colonialismo impôs um processo de separação das populações negras na diáspora. Os esforços que estas têm feito, a fim de manter uma condição de autossuficiência cultural, levam a uma grande luta por mobilização e conscientização dos afrodescendentes.

Para que todo esse processo de construção de uma organização pan-africana ocorra, as formas de produção do conhecimento local e tradicional devem ser respeitadas frente a outros modelos de construção do mesmo. O apelo inicial destina-se ao encorajamento da investigação, “a consagração do conhecimento autóctone, no sentido de edificar o ser nacional, antielitista e não classista, material e espiritualmente”.

É importante conectar estes saberes ao conhecimento científico já existente para que as sociedades – onde os modelos de produção e desenvolvimento de conhecimento possuem características diversas do padrão de desenvolvimento ocidental – tenham condições de inserir-se no concerto das nações, no que tange ao desenvolvimento científico.

Abdias acredita na pedagogia que liberta a tecnologia de sua atual tendência de escravizar o ser humano. A tecnologia deve existir como um sustentáculo para a consagração humana em sua condição de ser. Segundo ele:

a autossuficiência na criação e adoção de tecnologia, assim como no desenvolvimento científico, precisa ocorrer simultaneamente ao desenvolvimento das nações, obedecendo ao seu ajustamento funcional ao respectivo ambiente e realidade humana. Isto é porque na estrutura da presente fase da “ajuda técnica”, as formas avançadas de tecnologia do capitalismo industrial, além de não cooperar na construção, na verdade instigam e promovem a penetração do capital monopolístico internacional e a alienação do autoconhecimento nacional. Esta “ajuda” tecnológica e científica estará apta a tomar os rumos da libertação somente quando os valores capitalistas que regem e regulam seus mecanismos não forem utilizados para deter o desenvolvimento da consciência dos povos e da independência nacional (Nascimento, 1980, p. 73).

Logo, a transmissão de tecnologia não constituiria apenas um meio de acentuar o vazio entre produtor e consumidor, mas algo que respeitaria as estruturas e necessidades individuais, assim como os costumes das diferentes regiões e suas respectivas entidades ou unidades de desenvolvimento.

Promover essa capacidade de produzir conhecimento significa dar ao movimento pan-africano um sentido de libertação da dependência neocolonialista, pois a dependência científica e tecnológica equivale ao estrangulamento e à criação de sistemas de opressão, baseados tão somente na ambição pela acumulação do lucro. Além disso, o autor pondera que a revolução cultural baseada na autonomia científica e tecnológica não significa apenas a fundamentação da justiça social e da dignidade humana, mas também é um pré-requisito para o progresso econômico internacional da humanidade e para a soberania dos povos.

Dada a peculiaridade das relações raciais no Brasil, Abdias desenvolve um debate com o pensamento marxista acerca da condição dos afrodescendentes no país. O autor critica a perspectiva marxista que vê na escravização africana uma condição necessária ao industrialismo moderno, adquirindo a este fenômeno o status de categoria econômica. Nascimento censura a vertente científica que racionaliza esse tipo de processo, tentando

justificar quaisquer agressões à humanidade. Em relação às análises marxistas que acabam por minimizar ou subtrair as questões raciais de seu foco analítico, Abdias afirma que:

a razão e a lógica dos negros têm outros fundamentos. Adotar a análise marxista para nossos problemas significa uma contradição fatal: nós, os negro-africanos, fomos as vítimas do processo capitalista e novamente fomos vítimas daqueles que supostamente combatem o capitalismo na área industrializada do euro-norte-americanismo. A análise de Marx foi induzida da realidade socioeconômica da Inglaterra nos primórdios da industrialização capitalista. À época em que os africanos estavam sendo caçados como feras em seu continente e trazidos para as plantações de algodão da Louisiana, do Maranhão ou para os canaviais de Cuba, da Bahia ou da Jamaica. Enquanto os operários europeus, independentemente da existência ou não da contradição de classes, tinham seus padrões de vida elevados à medida que a exploração industrial capitalista se expandia às custas da opressão e da destituição completa dos africanos. Marx substituiu a categoria humana dos africanos pela categoria econômica. Não aceitamos que uma pura mágica conceitual possa apagar a realidade terrível da opressão dos brancos europeus contra todo o continente e sua raça negra (Nascimento, 1980, p. 170).

Após expor toda a dinâmica do processo de segregação, preconceito, discriminação e racismo vividos pelo negro brasileiro, Abdias propõe o quilombismo como recurso capaz de contribuir para a reorganização social e política do país. A proposta quilombista é vista como uma alternativa à sociedade racista e preconceituosa criada pela elite brasileira. A ideia que norteia a proposição do quilombismo, como solução teórica e prática, situa-se na perspectiva da retomada de uma memória africana do negro brasileiro que faz parte e partícipe de um esforço de reconstrução no qual todos os afro-brasileiros estão ligados. O modelo quilombista atua como ideia-força que inspira grupos e organizações sociais na busca de alternativas aos padrões de arranjos sociais hegemônicos. Para Nascimento (1980), o quilombismo encontra-se em constante atualização, atendendo às exigências do tempo histórico e do meio geográfico onde está inserido.

Percebe-se o ideal quilombista difuso, porém consistente, permeando todos os níveis da vida negra e os mais recônditos meandros e refolhos da personalidade afro-brasileira. Um ideal forte e denso que, via de regra, permanece reprimido pelas estruturas dominantes; outras vezes, é sublimado através dos vários mecanismos de defesa fornecidos pelo inconsciente individual ou coletivo (Nascimento, 1980, p. 257).

O quilombismo é um projeto de organização social e política que visa à valorização da população negra frente aos demais grupos que compõem a identidade nacional. É o recurso teórico e prático que fundamenta a luta coletiva em busca do reconhecimento de um grupo social, a saber, a população afro-brasileira. Conforme afirma Abdias, este modelo se origina na organização dos quilombos, os quais serviam a uma exigência vital dos africanos escravizados,

com o propósito de resgatar sua liberdade e dignidade através da evasão do cativo e da organização de uma sociedade livre. Assim sendo, “a multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente” (Nascimento, 1980). A assertiva a seguir demonstra como a organização dos quilombos propõe uma dinâmica social diferenciada.

O quilombismo se estruturava em formas associativas, que podiam estar localizadas tanto no seio de florestas de difícil acesso, facilitando sua defesa e sua organização econômico-social própria, quanto assumir modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados:

[...] fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana – genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba e gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante. Do outro lado da lei, erguem-se os quilombos revelados que conhecemos. Porém, tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (Nascimento, 1980, p. 255).

O quilombismo é uma proposta concreta para a reorganização da estrutura social brasileira, baseada na diversidade e multiplicidade organizacional das sociedades africanas. Segundo Nascimento, o quilombismo possui um caráter nacionalista; no entanto, esse nacionalismo renega qualquer ideia xenofóbica, traduzindo-se em uma luta anti-imperialista articulada ao pan-africanismo, objetivando a sustentação de uma solidariedade radical com todos os povos que lutam contra a exploração, a opressão, o racismo e as desigualdades motivadas por raça, cor, religião ou ideologia (Nascimento, 1980).

O modelo de organização social proposto pelo quilombismo tem como objetivo superar as consequências contemporâneas do período escravocrata em toda a América Latina. Para além de uma sociedade baseada em um sistema social oriundo dos referenciais culturais africanos, o quilombismo apresenta-se como um projeto coletivo de sociedade, onde:

[...] os afro-brasileiros possam erigir uma sociedade fundada na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos; na liberdade, uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo. Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e os deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas, que serviriam unicamente para procrastinar o advento de nossa emancipação total e definitiva, que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes (Nascimento, 1980, p. 262).

O quilombismo é apresentado ainda como um conceito científico histórico-social que tem por objetivo oferecer instrumentos próprios para a construção de um modelo teórico afro-brasileiro autóctone e endógeno. É a forma como o sujeito se percebe na complexidade das relações sociais cotidianas, sendo a superação dos modelos científicos que sempre buscaram menosprezar a importância do elemento negro na formação das sociedades latino-americanas. Nascimento expõe como essa lógica científica opera:

como poderiam as ciências humanas históricas – etnologia, economia, história, antropologia, sociologia etc. – nascidas, cultivadas e definidas para povos e contextos socioeconômicos diferentes, prestar útil e eficaz colaboração ao conhecimento negro – sua realidade existencial, seus problemas, aspirações e projetos? Seria a ciência social elaborada na Europa ou nos Estados Unidos tão universal em sua aplicação? A raça negra conhece na própria carne a falaciosidade do universalismo e da isenção dessa “ciência”. Aliás, a ideia de uma ciência histórica pura e universal está ultrapassada. O conhecimento científico que os negros necessitam é aquele que os ajude a formular teoricamente – de forma sistemática e consistente – sua experiência de quase quinhentos anos de opressão (Nascimento, 1980, p. 261-262).

## Percepções complementares

A assunção de um modelo quilombista de organização social implica na transformação da realidade, na qual a liberdade, a justiça, a igualdade e a soberania são os elementos que fundamentam a dinâmica política e social. A ideia de igualdade é muito cara ao pensamento de Abdias do Nascimento, ela subjaz a todos os demais fundamentos do quilombismo. A recusa a qualquer sectarismo demonstra a importância dos princípios igualitários na proposta política quilombista. Ao concluir sua argumentação em defesa do quilombismo, Nascimento elenca um conjunto de princípios e propósitos que orientam este modelo social como alternativa ao padrão de organização social vigente.

No entanto, o que o autor busca evidenciar é que compreender e reconhecer a experiência histórica dos africanos na diáspora tem sido um processo de “conteúdo essencialmente racista, que transcende certas simplificações, segundo as quais, a escravidão e as subsequentes formas de opressão racista dos povos negros são apenas subprodutos do capitalismo”. Todavia, para Abdias do Nascimento, quando grande parte da intelectualidade fala em um sistema econômico e na importância de sua manutenção e desenvolvimento, não se menciona que tal racionalização só tem existência porque está incorporada em seres humanos com suas motivações, aspirações e interesses. Além disso, no caso dos africanos e afrodescendentes, não há nenhum motivo que os leve a dar qualquer importância a este processo, visto que a estes foi relegado o papel do servilismo, do menosprezo e do descarte.

Com isso, o autor ratifica a importância de se pensar na condição do negro nas sociedades onde o processo escravagista foi o mote de desenvolvimento, buscando perceber, para além do suplício imposto pela escravidão, as consequências contemporâneas deste sistema de dominação e exploração desumanas.

Ao criticar o cientificismo ocidental, Abdias do Nascimento demonstra a dificuldade das ciências sociais em abarcar a complexidade dos modelos culturais que resistiram à violenta transferência espacial e geográfica implementada pelo colonialismo e pelo escravagismo. A própria imposição linguística distanciou as diversas matrizes africanas e diaspóricas de um contato mais profícuo. Segundo Nascimento (1980), este é um dos subterfúgios utilizados pelos colonialistas a fim de impedir, esconder e evitar o avanço da luta dos africanos e afrodescendentes contra a opressão, a exploração e o racismo.

O projeto político-intelectual de Abdias do Nascimento para o Brasil contemporâneo resulta do levantamento e da problematização de algumas questões pertinentes à formação e conscientização das comunidades negras. Consiste em contemplar alterações no sistema de representação da tradição cultural brasileira. Este projeto priorizou, de maneira contundente, a crítica à mestiçagem e à ideologia da democracia racial, pois Nascimento entendia esses aspectos como uma limitação do movimento negro no diálogo com as elites brasileiras para a conquista de espaços de participação para uma democracia inclusiva.

Não obstante, o projeto de reorganização nacional proposto por Nascimento não obteve aprovação unânime dentro da própria comunidade negra, devido a discordâncias entre as várias correntes do movimento negro, situação comum a todo movimento político. Essa discordância evidenciava-se pela vinculação do projeto político de Abdias do Nascimento à corrente pan-africanista e afrocentrista, que propunha a união dos negros através de uma nação transnacional. Em alguns documentos, fica evidente a tentativa de identificação da luta negra no Brasil com as lutas civis nos Estados Unidos e a descolonização da África.

Concluindo esta análise sobre a obra de Abdias do Nascimento, é possível afirmar que este autor propõe formas alternativas de compreensão da realidade social brasileira e latino-americana. Também se reitera aqui a importância deste intelectual não só como militante, mas principalmente como produtor de conhecimento sobre fenômenos sociais ocorridos no Brasil e no continente americano.

## Referências

NASCIMENTO, Abdias do. *Mixture or Massacre*. Tradução: Elisa Larkin Nascimento. Búfalo: Afrodiaspora, 1979.

NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa. *Africans in Brazil: a Pan-African Perspective*. Trenton: Africa World Press, 1991.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. *Povo negro: a sucessão e a “Nova República”*. Rio de Janeiro: Ipeafro, 1985.

NASCIMENTO, Abdias do; *Racial Democracy in Brazil: Myth or Reality*. Tradução: Elisa Larkin Nascimento. 1. ed. Ile-Ife: University of Ife, 1976.

NASCIMENTO, Abdias; SEMOG, Éle. *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

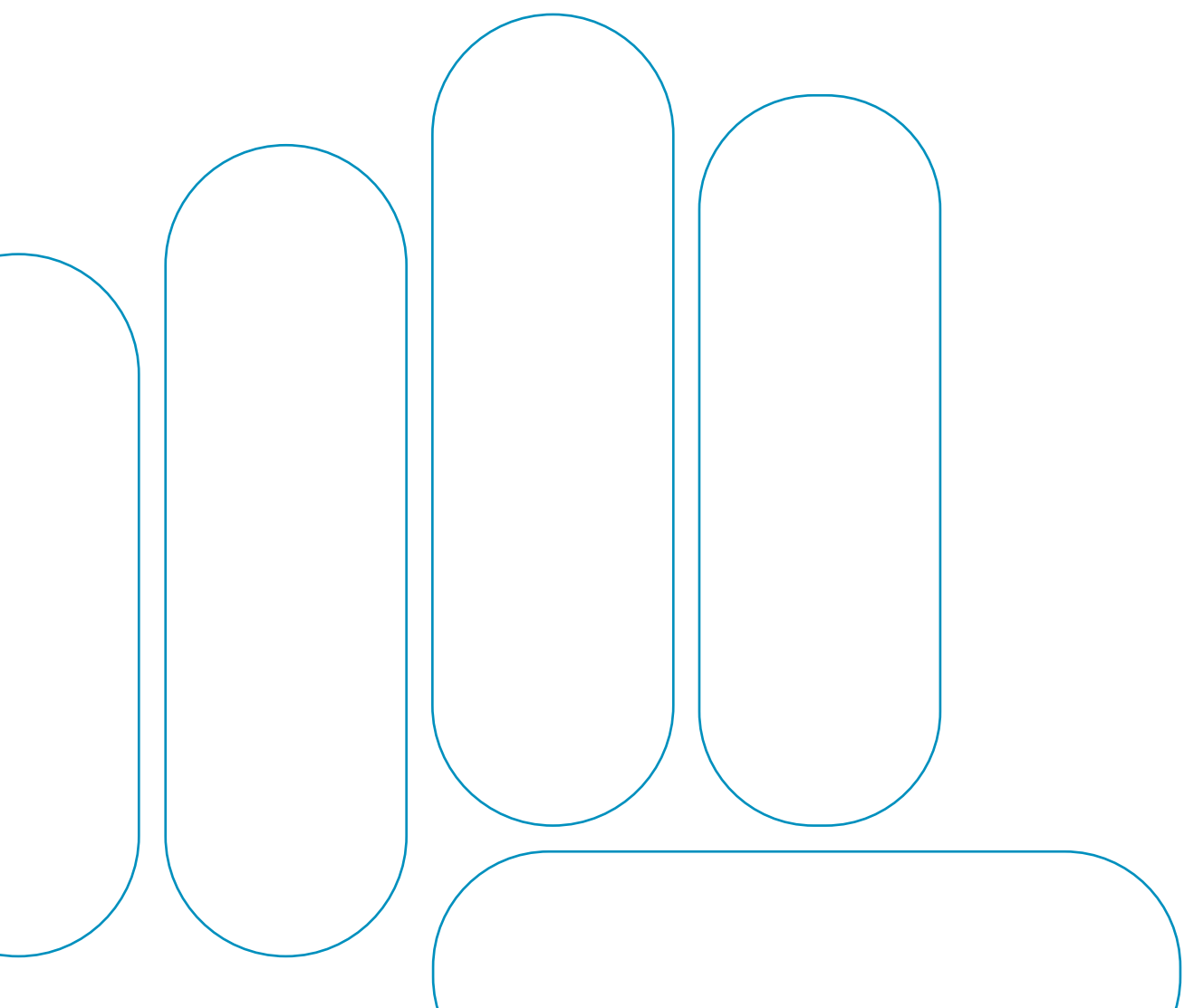
NASCIMENTO, Abdias do. *Sitiado em Lagos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

NASCIMENTO, Abdias do. *Sortilégio: mistério negro*. Rio de Janeiro: Teatro Experimental do Negro, 1959. (Peça de teatro).

PEREIRA, André Luís. *O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento*. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/29577>. Acesso em: 6 mar. 2024.

POLICE, Gerard. *Abdias do Nascimento: L’Afro-Brésilien reconstruit: 1914-1944*. 2000. Tese (Doutorado) – Département de Portugais, Université Rennes 2, Haute Bretagne, França, Rennes, 2000. v. 1-2.

SILVA, Rosemere. *Trajetórias de dois intelectuais negros brasileiros: Abdias do Nascimento e Milton Santos*. 233 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, 2010.





A Editora UnB é filiada à



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

# EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

## Do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB

Este livro nasceu do compromisso deixado pelos dois maiores idealizadores da Universidade de Brasília, que são referências para todos nós: Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Eles tinham o objetivo de fazer da UnB uma grande referência no papel de pensar o Brasil, pautar os temas nacionais e ajudar a buscar soluções para transformar a realidade do povo brasileiro. Trata-se de um livro que resulta do curso de extensão intitulado Educadoras e educadores brasileiros: do centenário de Paulo Freire aos 60 anos da UnB, ofertado em 2021, quando o Brasil e o mundo estavam imersos na maior crise sanitária do nosso tempo: a pandemia de covid-19. Estávamos em busca de caminhos, enfrentando o negacionismo daqueles que deveriam estar à frente dos problemas, o qual trouxe graves consequências, vitimando mais de 700 mil vidas e deixando sequelas graves para a sociedade como um todo. O referido curso de extensão tratou da vida, da obra e das contribuições de educadoras e educadores do Brasil, que foram e são tão importantes para nos ajudar a pensar em caminhos, propostas, ações e políticas para os diferentes problemas do país, em sua imensa riqueza cultural, de modo a combater e reverter suas desigualdades. É um livro que, assim como a UnB, está comprometido com um novo amanhecer, em um país mais inclusivo, participativo, multicultural, democrático e sustentável.

EDITORA

